

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a Presidência de Laurentino José Monteiro Castro Dias, Primeiro Secretário – Raul Cunha e Segundo Secretário – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. ----

-----Seguidamente, foram anunciados os seguintes pedidos de suspensão de mandato: *por um período de trinta dias* – Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez de Almeida e José Manuel Ribeiro Baptista, eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), Isabel Maria Oliveira Ferreira e Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, eleitos pelo Partido Socialista (PS) e Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pela lista “Independentes Por Fafe”; *Por um período de sessenta dias*: Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, Ricardo João Pedro Alves de Almeida e Célia Carina Alves Lopes, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”; *Por um período de noventa dias*: José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD; *Por um período de cento e oitenta dias*: José Ricardo Leite Antunes e Aníbal de Oliveira Marinho da Cruz, eleitos pela lista “Independentes Por Fafe”. Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade. Requereram a substituição, o Presidente da Junta de Freguesia de Antime e de Travassós, pelos respectivos Secretários. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respectivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e seis membros. -----

-----Pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

-----Deu-se início ao **Ponto Um – Antes da Ordem do Dia**. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para dar conhecimento de um requerimento que tinha sido entregue à Mesa, subscrito pelo Grupo do CDS-PP, solicitando a marcação da primeira reunião dos grupos de trabalho para a Comissão de agricultura e turismo.-----

-----Posteriormente, pelo Primeiro Secretário, **Raul Cunha**, foi lido um Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo do CDS-PP, sobre os “cortes” na acção

social escolar universitária, mais concretamente sobre a alteração da capitação dos rendimentos do agregado familiar e sobre a alteração do cálculo da bolsa, em que passam a ser considerados os rendimentos anuais líquidos e não os líquidos do trabalho dependente, salientando a importância de alertar para esta situação, apresentando, desta forma, o presente Voto de Protesto.-----

-----Tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo Partido Socialista, para mencionar que as alterações que tinham sido efectuadas a nível do Governo Central na atribuição de bolsas escolares no ensino superior tinham como objectivo apoiar quem efectivamente precisava e afinar as regras de apoio aos estudantes. Afirmou, ainda, que o PS não concordava com o presente Voto de Protesto e iria votar contra.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, eleito pelo Grupo do CDS-PP, para afirmar que não tinha ficado surpreendido com a intervenção do representante do líder do PS. Mencionou que não era uma crítica ao Governo do PS, mas uma política que consideravam errada.-----

Afirmou que o Governo do PS pregava o “social”, no entanto, quem pregava agora o social era a oposição não o PS.-----

-----Não havendo mais intervenções, **foi colocada a votação, sendo rejeitada, por maioria.**-----

-----De seguida, pelo Primeiro Secretário, **Raul Cunha**, foi lido o segundo Voto de Protesto, apresentado pelo Grupo do CDS-PP, contra a possibilidade da abertura do mercado da União Europeia aos produtos têxteis e do vestuário, oriundos do Paquistão, da China ou da Índia, que, produzidos sem particulares preocupações de combate às realidades de trabalho infantil nem respeito por exigências de protecção social dos trabalhadores, custos com a protecção do ambiente e fiscalização da perigosidade das matérias-primas, constituirão uma forma de concorrência desleal que, subvertendo as normais regras do mercado, porão em causa a subsistência das empresas portuguesas do sector e dos seus postos de trabalho.-----

No Voto é, ainda, reclamada a pronta intervenção do Primeiro-Ministro, Engenheiro José Sócrates, e do Presidente da Comissão Europeia, Doutor Durão Barroso, para que, no âmbito das suas competências, se oponham a tal decisão.-----

Por fim, era proposto que fosse dado conhecimento da deliberação ao Presidente da Comissão Europeia, ao Primeiro-Ministro de Portugal e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, **sendo aprovado, por maioria, com cinco abstenções.**-----

-----Entrou-se no período de intervenções. Tomou a palavra **Victor Silva**, Presidente da Junta da Freguesia de Fornelos, para fazer uma análise à crise económica e ao forte crescimento do desemprego no País e no nosso concelho, mencionado que a acção municipal deveria ser cada vez mais geradora e potenciadora do desenvolvimento da economia local.-----

Mencionou, ainda, que era entendimento do PSD que se impunha que o Município, como forma de superar tal adversidade, deveria ter um papel diferente e de intervenção, procurando que a população jovem tenha um maior envolvimento na dinâmica local.-----

Afirmou, também, que deveria ser implementado um plano cujo objectivo central deveria ser a dinâmica local do território considerado como uma metodologia de trabalho e de envolvimento das pessoas, assente na promoção e valorização dos aspectos e materiais da realidade local.-----

Salientou que, para além da instalação de bens e equipamentos públicos e colectivos, importava também promover uma animação local de território, criando um ambiente de positividade e confiança, gerador de iniciativa e com impacto ao nível das pessoas. -----

Explicou os benefícios do desenvolvimento deste plano, como a fixação da população jovem, o reforço da identidade local, a valorização dos recursos locais e a dinamização da economia local. -----

Destacou a importância da valorização dos recursos locais, mencionado que o concelho e sua população não valorizavam estes recursos, realçando que essa valorização podia representar oportunidade de investimento, de criação de emprego, de ocupação de tempos livres com qualidade e significando, em última análise, um concelho mais competitivo.-----

Focou os recursos ambientais e paisagísticos, a gastronomia, a floresta, o património natural e histórico-cultural e os recursos hídricos, salientando que eram recursos dos quais considerava fundamental uma intervenção local mais séria e aprofundada daquilo a que se tinha assistido nos últimos tempos.-----

Mencionou que, na sua perspectiva, a dinamização da economia local surgia associada à fixação da população e à formação e qualificação dos recursos humanos locais.-----

Terminou salientando a importância do desenvolvimento local com objectivos bem definidos, que apontassem soluções para a crise que afecta o País e sobretudo o concelho. Realçou, ainda, a importância do envolvimento da população, a valorização a preservação, a promoção e o apoio financeiro ao investimento produtivo como chave do valor estratégico associado estritamente ao conceito de animação.-----

Mencionou, ainda, que a participação das pessoas e o seu envolvimento na concepção e execução de iniciativas que tratem de uma parte das suas vidas, o reforço do exercício da cidadania e co-responsabilização surgiam como metodologias de especial significado na superação da crise e desenvolvimento do nosso território relativamente ao qual o nosso Município tem inegáveis responsabilidades.-----

-----De seguida, interveio **Leonor Castro**, eleita pela Coligação Democrática Unitária (CDU), para tecer comentários sobre diversos assuntos noticiados, mais concretamente sobre a decisão tomada pelos ministros das finanças dos países membros da União Europeia que, ao abrigo do Tratado de Lisboa, decidiram que os Orçamentos de Estado dos países membros, a partir de dois mil e onze, tinham que ter a aprovação da União. Nestes termos, lembrou a sua tomada de posição relativa ao Tratado de Lisboa, afirmando que com o referido Tratado, Portugal iria perder a sua representatividade e soberania, realçando que isto seria apenas um princípio de que o Tratado propiciaria. -----

Sobre as medidas tomadas pelo Governo acerca dos medicamentos, comentou a diminuição da comparticipação do Estado e a alteração do escalão, referindo que com as medidas referidas os utentes passariam a pagar mais e as farmácias a suportar os respectivos custos. Nesses termos, perguntou porque razão o Governo não tinha tomado semelhante atitude face aos spreads cobrados pela Banca, às seguradoras, aos combustíveis ou mesmo às tarifas de electricidade. -----

Terminou comentando as notícias sobre o défice, que confirmavam, mais uma vez, a posição do PCP ao defender que o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e as medidas adicionais aprovados pelo PS e PSD não era

solução para a crise, mencionando que agravariam os problemas. Comentou, ainda, o anúncio do Ministro das Finanças sobre as novas medidas, realçando que há tempos atrás tinha assumido como correctas e suficientes as postas em prática. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Rita Grandinho**, eleita pela Lista Independentes Por Fafe, que, reportando-se ao concurso para a ocupação de dezasseis postos de trabalho de assistentes operacionais e concretamente ao método de selecção constante na publicação do aviso no Diário da República do referido concurso, demonstrou estranheza relativamente à legislação constante da prova escrita. Nesses termos, mencionou que os IPF, na tentativa de compreender os maus resultados obtidos pela maioria dos trabalhadores que se encontravam em funções nas escolas e que por isso tinham sido impedidos de passar à fase seguinte da avaliação, solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

- Quem tinham sido os responsáveis pela elaboração da matriz da prova, pela elaboração da prova e sua correcção, e ainda se tinham as competências necessárias para o fazer;-----

- Se, na realidade, se encontravam trinta funcionários nessas condições precárias, qual o motivo por que tinham colocado a concurso apenas dezasseis postos e se seria isso sinal de que existia um excesso no concelho.-----

- Quando a solução encontrada de manter os elementos no seu posto de trabalho, recorrendo ao recrutamento por outras instituições, não puder ser mais possível, qual seria o futuro que os esperaria.-----

Terminou, mencionando que gostaria, ainda, de saber se a Câmara conhecia a opinião dos funcionários que estavam nessas condições sobre a gestão das suas carreiras pela autarquia.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Duarte Leite**, também eleito pelos IPF, para tecer comentários sobre o projecto-lei que intentava a extinção do cargo de Comandante Operacional Municipal (COM), explicando o referido projecto-lei e os argumentos do mesmo.-----

Explicou, ainda, o funcionamento com a existência do COM e a hierarquia que a criação deste cargo pressupunha, afirmando que dessa forma, em vez de se constituir um facto de eficácia ao nível da coordenação e em eficácia ao nível da protecção civil, a criação do COM tinha sido um factor de confusão, de sobreposição e potencial geração de conflitos e competências.-----

Solicitou esclarecimentos sobre o Plano Municipal de Floresta contra Incêndios uma vez que não predizia com exactidão os cenários de evolução de áreas aridas nem previa avaliações intermédias, portanto não se conseguia aferir quais os principais objectivos a alcançar, mencionando que, caso contrário, não assistiríamos a uma desertificação no nosso concelho e a reduzidas taxas de plantações, não se prevendo, no curto prazo, qualquer objectivo de implementação de medidas de florestação, salientando que, a existir áreas aridas, como seriam compensadas.-----

Afirmou, ainda, que “o *melhor mandato de sempre*” também deveria incluir a floresta.-----

Quanto ao Plano de Emergência mencionou que não se verificava qual o momento exacto em que deveria ser implementado ou executado, o que seria sinónimo de uma provável descoordenação de meios.-----

Questionou a utilidade do COM ou mesmo o Comandante Distrital, uma vez que a hierarquia se encarregava de assumir o comando. Mencionou, ainda, que havia políticos e comandantes a mais e meios a menos, pouca sabedoria e muita ineficácia coordenativa.-----

Afirmou que reconhecia e apoiava todo o investimento a prol da Protecção Civil e da Segurança da população que nunca deveria ser considerado excessivo nem argumento de despesismo de dinheiros públicos. Reconheceu, ainda a capacidade técnica e o empenho do COM, na pessoa do Engenheiro Valente, contudo, existia alguma razoabilidade na fundamentação para a alteração da lei e consequente extinção do cargo.-----

Terminou, afirmando que o investimento nas novas tecnologias também comprometiam o “*melhor mandato de sempre*” e que o acesso a informações disponibilizadas online, o site da Câmara Municipal de Fafe, era muito pouco profissional e muito deficitário.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Alexandre Peixoto**, eleito pelos IPF, para demonstrar a sua preocupação com a lixeira a céu aberto existente na estação de transferência de lixo no Bugio, salientando que o Presidente da Câmara deveria tomar medidas.-----

Sobre os incêndios florestais afirmou que o Município poderia fazer mais e melhor, apostar numa eficiente vigilância, fiscalização assim como fazer cumprir o Decreto-Lei cento e vinte e quatro de dois mil e seis.-----

Propôs, ainda, à Assembleia Municipal que aprovasse um Voto de Pesar à família do Senhor Carlos Santos, Segundo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cabo Ruivo, que faleceu no regresso a casa, depois de uma semana a combater as chamas no concelho de Fafe.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para sugerir que colocasse o Voto de Pesar no papel para o colocar a votação. Sugeriu, ainda, que o Voto de Pesar envolvesse todos os Bombeiros que tinham falecido ou ferido ao longo da última época de fogos e acrescentou em particular o que esteve de serviço em Fafe.-----

Na sequência da intervenção de Arlindo Gil sobre o assunto, o Presidente da Mesa propôs que se juntasse o Voto de Pesar e o Voto de Louvor a todas as Corporações de Bombeiros que participaram no combate aos incêndios.-----

-----De seguida, usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para tecer alguns comentários às intervenções efectuadas. Referindo-se à intervenção de Vítor Silva, afirmou que a Autarquia tinha o seu papel de enquadrador, de criar bom ambiente, de ter um enquadramento legal que fosse adequado, cabendo à iniciativa privada a dinamização do sector económico referenciada, obviamente, com o apoio da Autarquia.-----

Quanto à participação jovem, lembrou que a Autarquia tinha levado a cabo um desafio de participação jovem para a obtenção de ideias para o Município, salientando que a estrutura Jovem Democrata não tinha dado um bom exemplo, não se fazendo representar.-----

Acerca da intervenção de Leonor Castro, mencionou que era conhecida a posição do PCP relativamente à integração de Portugal na Comunidade Europeia, questionando, no entanto, qual seria o estado de Portugal se não tivesse integrado na Comunidade Europeia.-----

Sobre os concursos das escolas afirmou que à Câmara apenas lhe competia abrir o concurso público, transparente e rigoroso.-----

Quanto à questão dos incêndios, afirmou que tinha havido uma forma superficial de abordar a questão. Mencionou que não tinha havido incêndios apenas em Fafe. Afirmou, ainda, que os COM tinham sido criados devido à falta de coordenação, contribuindo para a resolução do problema.-----

-----De seguida, interveio **Vítor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, para mencionar que Raul Rebelo andava desatento daquilo que era o

funcionamento do poder local, aquilo que eram as competências, os poderes que deveriam ser exercidos.-----

Afirmou que o Município deveria ter capacidade de iniciativa, de criar condições para atrair o investimento privado, criando medidas de apoio às empresas, criar medidas de apoio ao comércio e aos jovens. Não deveria apenas criar o enquadramento legal.-----

Mencionou que era preciso criar medidas concretas, descrevendo algumas.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Jorge Adélio Costa**, eleito pela Coligação “Juntos Por Fafe”, que, referindo-se à intervenção de Raul Rebelo e mais concretamente sobre a Juventude Social Democrata, mencionou que Raul Rebelo andava distraído, até porque a líder da Juventude de Fafe já tinha apresentado um conjunto de medidas na Assembleia Municipal, quer para a Juventude de Fafe quer para o Município em geral.-----

-----De seguida, interveio **Arlindo Gil**, eleito pelo PS, que, sobre o assunto dos incêndios florestais, afirmou que com maior vigilância não se poderia fazer grande coisa, uma vez que tinham havido muitos pontos de incêndio ao mesmo tempo. -----

Afirmou, ainda, que a coordenação entre Bombeiros, o COM e a Câmara Municipal tinha sido a melhor.-----

Mencionou também que quando falou com a Mesa tinha sido no sentido de fazerem um minuto de silêncio em memória do Bombeiro que tinha falecido.-----

Sugeriu que todos os Presidentes de Junta, no futuro, fizessem mais vigilância e mais séria.-----

Agradeceu a todos os Bombeiros que se tinham deslocado a Fafe.-----

Lamentou ainda que os Grupo de Intervenção Permanente da Guarda Nacional Republicana apenas tenham trabalhado no turno diurno.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, começou por ironizar o facto do líder parlamentar do PS ter prestado esclarecimentos às questões colocadas que eram da competência do Presidente da Câmara.-----

Fazendo alusão a uma intervenção de Raul Rebelo na última sessão da Assembleia Municipal em que tinha dito que “*toda a gente tem direito a opiniões, mas os factos eram factos*”, mencionou que os factos mostravam que Portugal e países como Portugal tinham perdido a representatividade e soberania.-----

Mencionou, ainda, que era da opinião que a União Europeia subjugava, subvertia e descriminava. Os factos mostravam que perdiam soberania assim como representatividade.-----

-----Por fim, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:-----

- Sobre o concurso, mencionou que os funcionários que tinham transitado do Ministério da Educação para o Município estavam sujeitos a concursos públicos que pretendiam assegurar transparência e igualdade de oportunidades.-----

Afirmou, ainda, que sempre tinham sido muito claros com os funcionários. Rectificou o número de vagas mencionando que eram de onze e não dezasseis.-----

Acerca da opinião dos funcionários, mencionou que os tinha ouvido e que, como era óbvio, era de que a sua integração fosse directa.-----

- Sobre o COM, mencionou que discordava com a nomenclatura, mas que a lei existente tinha tido a aprovação da ANMP, no sentido de que todos os municípios passassem a ter COM.-----

Afirmou que o COM tinha competências iminentemente técnicas, uma vez que as competências políticas eram do Presidente da Câmara ou do Vereador em que ele delegar.-----

Mencionou que não acreditava que os COM fossem facto de conflito ou confusão, antes pelo contrário, eram o elo de ligação.-----

Salientou, também, que o Município de Fafe tinha sido dos poucos que, em tempo, tinham actualizado os seus planos de emergência e defesa da floresta.-----

- Afirmou que entendia que os Planos eram demasiado teóricos e que deveriam ser operacionais.-----

- Agradeceu o reparo de Alexandre Peixoto sobre a estação do Bugio que devia estar desmantelada e que iria pôr toda a atenção para que o mais breve possível se fizesse a sua eliminação.-----

- Acerca dos incêndios e fiscalização lembrou as declarações do Senhor Secretário de Estado da Protecção Civil que, aquando da sua visita a Fafe, reconheceu que o Município de Fafe era exemplar a esse nível porque cumpria com as suas responsabilidades legais e estava muito

além daquilo que eram essas responsabilidades. Explicou algumas dessas medidas de fiscalização existentes.-----

Terminados os esclarecimentos, usou da palavra o **Presidente da Mesa** para ler um texto de Voto de Pesar com o seguinte teor:-----

“A Assembleia Municipal de Fafe, reunida no dia vinte e quatro de Setembro de dois mil e dez, em sessão ordinária, aprova o seguinte voto:-----

1. O agradecimento e reconhecimento a todos os Bombeiros da Corporação Local e das que, vindas de diversas regiões do País, combateram os inúmeros incêndios florestais que decorreram na área do concelho de Fafe.-----

2. Um Voto de Pesar pelo falecimento de Soldados da Paz ocorrido em vários pontos do País no combate às chamas e em particular ao Bombeiro Segundo Comandante Carlos Santos, de Cabo Ruivo, que veio a falecer após combate ao incêndio no nosso concelho.-----

3. Aprovar e respeitar um minuto de silêncio em honra dos que faleceram.-----

4. Transmitir aos seus familiares, o voto aqui aprovado.”-----

Sugeriu, ainda, que o voto fosse subscrito por todos os Grupos. Tendo obtido a aprovação de todos os Grupos, foi cumprido um minuto de silêncio.-----

Ainda antes da ordem do dia, solicitou aos Grupos Parlamentares que, na semana que se seguia, indicassem o seu representante para a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Comissão de Turismo, para a realização da primeira reunião sob a convocatória da Mesa, representada pela Segunda-Secretária, Sílvia Soares.-----

Entrou-se no período da Ordem do Dia - **Ponto Dois Ponto Um: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.**-----

Não havendo intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois - Proposta da Câmara relativa à 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento de 2010/2013;** Como ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo **aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

Ponto Dois Ponto Três - Apreciação da Carta Educativa; Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento.-----

-----Seguidamente, interveio **Filipe Antunes Aguiar**, eleito pelos IPF, que começou por salientar o atraso na apresentação da monitorização. Fez uma análise dos resultados apresentados e efectuou alguns reparos no que se referia a questões importantes para a melhoria da qualidade educativa do

concelho, como a data apresentada para a construção e respectivo funcionamento da nova Escola Secundária, mencionando que iria ser complicado. Referiu ainda que sessenta por cento das propostas estavam por concluir, sendo que as mais difíceis de executar estavam por fazer.-----

Afirmou que estavam de acordo com as metas preconizadas de alargar a oferta da rede do pré-escolar, no entanto, salientou que custava aceitar que a oferta de jardins de infância oficiais e gratuitos, na cidade, fosse de apenas quatro salas, o que levava a que, devido à crise que o País e, concretamente, o concelho atravessava, levasse a que as pessoas procurassem o serviço nas freguesias, referindo que o plano do Executivo para resolver o problema estivesse dependente da conclusão de novas infra-estruturas, nomeadamente, do Centro Educativo de Montelongo.-----

Demonstrou estranheza pela deslocação precipitada dos alunos da Escola Conde Ferreira para as antigas instalações do Centro de Saúde com condições inferiores.-----

Afirmou, ainda, que estranhavam que, atendendo ao tipo de indústria existente em Fafe, não existissem ofertas formativas de cursos profissionais das escolas públicas em áreas como a agrícola e florestal, novas energias e energias alternativas.-----

Nesses termos, perguntou quais tinham sido as iniciativas já tomadas para o devido acompanhamento e monitorização do cumprimento da carta educativa, para além das que tinham sido feitas pelo criador da Carta.-----

Porque tinha sido escolhida a presente data para apresentarem a análise efectuada à Assembleia Municipal;-----

Se os cursos estavam dentro do previsto no planeamento inicial; e quando ia entrar em funcionamento a nova escola secundária;-----

Porque é que se tinha alienado e derrubado com tanta pressa as escolas Conde Ferreira e Feira Velha quando davam jeito para jardins de infância;-----

Porque razão se tinha interrompido aquilo que vinha sendo a linha orientadora educativa municipal da criação dos centros educativos básicos integrados como tinha ocorrido em Silvares e Revelhe e iria acontecer com Montelongo, propondo-se a requalificação de Carlos Teixeira para ficar apenas com alunos do segundo e terceiro ciclo;-----

Mencionou, ainda, que como no documento apresentado não existia nada sobre as ofertas formativas dos cursos profissionais das escolas públicas,

questionou sobre que estudos tinham servido de base e quais os critérios para a sua escolha;-----

Perguntou, ainda sobre os destinos que o Executivo tinha previsto para os imóveis e terrenos que iam vagar, nomeadamente do Santo e da escola que ficava junto ao Centro de Saúde.-----

-----Posteriormente, tomou a palavra **Leonor Castro**, que começou por realçar a preocupação de contextualizarem o que foram as medidas propostas na Carta Educativa, assim como os reajustes que tinham sido delineados, nomeadamente, os quadros com os dados estatísticos sobre a evolução da população do concelho, fazendo uma análise dos mesmos.-----

Questionou acerca do que tinha feito a Autarquia com os dados constantes do estudo, se estava atenta a essa realidade, se tentava contrariá-los, se tinham pensadas medidas para contrariarem essa tendência, enumerando algumas, ou se não estava preocupada com esse facto.-----

Mencionou que era merecido o reconhecimento quanto àquele que era o maior sucesso da Carta Educativa que era o alargamento da rede do pré-escolar, concordando com o mencionado no documento sobre a totalidade da cobertura do alargamento.-----

Comentou alguns aspectos constantes do documento, como a taxa de retenção, de desistência e de insucesso escolar que tinham diminuído e a reconversão das escolas, defendendo, novamente, o facto da Escola Secundária não ser uma escola para acolher crianças, atendendo à sua arquitectura, salientando que era uma proposta que merecia uma análise séria.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Vítor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, que começou por elencar os objectivos e finalidades da Carta Educativa, questionando se no concelho de Fafe esses objectivos tinham sido integralmente cumpridos.-----

Afirmou que, pese embora alguns aspectos tenham sido desenvolvidos e materializados com sucesso, conferindo melhores condições aos alunos, destacando a aposta efectuada ao nível do ensino pré-escolar e o apoio as famílias, afirmou que era facto que muitas e importantes coisas que correspondiam a objectivos definidos não tinham sido atingidos.-----

Verificou, ainda, que no período a que a Carta correspondia, parte significativa das infra-estruturas previstas não tinham sido materializadas, enunciando

algumas, como a organização e requalificação de escolas no concelho que continuava prevista e até à presente data não tinha sido materializada em pleno. Nesses termos, afirmou, que o funcionamento continuava muito semelhante ao passado e em muitos casos com prejuízo manifesto para os alunos e pais.-----

Assinalou, também, a falta de visão do futuro e rigor na gestão de dinheiros públicos, entendendo que não era justificável que o Município tivesse dispendido do erário público verbas avultadas quer em construção de raiz de novos edifícios escolares e ainda na requalificação de outros e que entretanto, num curto espaço de tempo, tais escolas tenham fechado as suas portas, passando aqueles edifícios a perder a utilidade que sempre tiveram.-----

Afirmou que entendiam que a situação era evitável com maior e melhor planeamento, que notoriamente tinha faltado, importando repensar a forma de actuar no futuro, pensando numa escola de acordo com a realidade do concelho, mas sobretudo pensando na melhoria das condições físicas, no aproveitamento e racionalização dos recursos, pois por essa via estariam a salvaguardar a qualidade de ensino.-----

-----De seguida, interveio **Olinda Teixeira Alves**, eleita pelo PS, para questionar se o presente ponto iria ser sujeito a votação, ao que foi respondido afirmativamente. Nesses termos, afirmou que, no momento, não iria fazer qualquer intervenção.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para enunciar os aspectos positivos da Carta Educativa, salientando a questão das infra-estruturas, mencionado que o aparecimento das escolas básicas integradas permitiram que algumas escolas primárias que não tinham as condições mínimas para aquilo que tinha que ser o ensino do século vinte e um, tinham trazido benefícios claros à população escolar, enumerando alguns benefícios. -----

Afirmou, ainda, que era uma medida que deveria orgulhar todos os que lutavam pela igualdade de oportunidades. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do Grupo do CDS-PP, que começou por salientar a pertinência da questão colocada por Olinda Teixeira Alves, sobretudo sob o ponto de vista jurídico, afirmando que a convocatória mencionava “apreciação”, não podendo haver votação.-----

Quanto ao tema em debate, mencionou que em conformidade com o referido em últimas sessões da Assembleia Municipal, que era sua opinião e do grupo que representava, que a educação era uma das áreas em que a Câmara tinha tido uma actividade positiva. -----

No entanto, colocou algumas questões que achava pertinentes, concretamente, se a Carta Educativa versus mega-agrupamentos tinha existência jurídica, mas que teria sentido apreciá-la e actualizá-la no actual momento, se soubessem em concreto se em Fafe iria haver mega-agrupamentos e em caso afirmativo, quantos. -----

Salientou a indefinição existente sobre a construção da nova escola secundária, a requalificação da escola Professor Carlos Teixeira e o novo centro educativo Montelongo, mencionando que continuavam num impasse, desde há quatro anos, porque as obras ainda não tinham sido iniciadas. -----

Teceu comentários relativamente ao modelo dos mega-agrupamentos e mencionou que o modelo perspectivado era objectivamente de negação da política pedagógica nas escolas. Mencionou, ainda, que a apreciação desse tema pelo CDS-PP sem a definição da política definidora da realidade educativa do nosso concelho era seu entender dilatatório, não passando de um expediente para explicar o retardamento das soluções perspectivadas. Reafirmou também que atendendo à forma como a proposta constava na convocatória não poderia ser votada. -----

-----Tomou a palavra **José Mário Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, que começou por fazer o enquadramento da implementação da Carta Educativa no concelho de Fafe. De seguida teceu comentários relativamente à proposta apresentada pelo Executivo relativa ao encerramento das EB1/JI de Pardelhas, EB1/JI de S. Ovídio e EB1/JI de Fafe (Igreja Matriz),, contrariando a política de proximidade já defendida noutros tempos pelo edil fafense e corroborado pelo Dr. Antero, responsável pelo pelouro de ensino desta autarquia. -----

Teceu comentários sobre os gastos tidos com a requalificação, restauro e ampliação das referidas escolas para agora as encerrar. -----

De seguida e evocando a Declaração de Salamanca de 1994, página 11, *“o princípio orientador deste Enquadramento da Acção consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, linguísticas ou outras. Neste conceito terão de*

se incluir crianças com deficiência ou sobredotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais”, mencionou que o enquadramento tinha sido atingido com sucesso na EB1/JI Fafe (Igreja Matriz), EB1/JI de Pardelhas e EB1/JI de S. Ovídio, salientando que, com o encerramento dessas escolas se deitava por terra o sacrifício de várias gerações de profissionais de educação.

Afirmou, ainda, que a integração noutra escola, alterando substancialmente a variável, distancia casa/escola, principalmente dos alunos oriundos de famílias desestruturadas, desagregadas e disfuncionais prejudicava a variável de uma escola de proximidade, referindo que desta forma a Câmara Municipal com a transferência dos referidos alunos para outra escola, podia estar a contribuir para o abandono e insucesso escolar e a desviar-se dos objectivos pretendidos pela Sr^a. Ministra da Educação, que pretende reduzir o abandono escolar em dois por cento, até ao ano dois mil e quinze. -----

Terminou, afirmando que a Junta de Freguesia de Fafe se demarcava das decisões que a Câmara Municipal pretendia levar a efeito e supramencionadas. Perguntou, ainda ao Senhor Vereador da Educação sobre quem iria entender toda esta confusão. -----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados. Começou por afirmar que os Fafenses se poderiam orgulhar da política de educação levada a cabo pelo Município, explicando as medidas tomadas. -----

Sobre a Carta Educativa mencionou que a lei previa que a sua revisão fosse efectuada de cinco em cinco anos, estando o ser apresentada antes do tempo, afirmando, ainda, que estavam a fazê-lo neste momento porque, para fazer a criação do Centro Educativo de Montelongo, tinham que ajustar a Carta Educativa. -----

Prestou esclarecimento acerca do calendário da construção da nova escola secundária. -----

Explicou que a necessidade de criação de um segundo centro educativo se devia ao facto do Centro Educativo Carlos Teixeira ter uma concentração grande. -----

Sobre o decréscimo dos alunos e dos incentivos à natalidade afirmou que não concordava porque esses apenas serviam muito mais para acrescentar miséria

nas famílias que já eram miseráveis do que propriamente para o objectivo de ter mais crianças. -----

Informou que, em Antime, havia a possibilidade de fechar a sala por falta de alunos. -----

Salientou que a actual Escola Secundária iria ser requalificada, realçando, no entanto, a pertinência do problema colocado, mencionando que já tinha sido abordado com a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) e que lhe tinha sido dito que havia soluções técnicas para a resolução desses problemas. Afirmou que os mega-agrupamentos não estavam em discussão, mencionando que tinham mais a ver com a organização funcional e racionalização dos recursos, com os quais concordava. -----

Mencionou, ainda, que o que estava acordado com a DREN era que a discussão se poria quando a nova escola secundária estivesse construída e a funcionar, salientando que estariam atentos nessa discussão. -----

Esclareceu que, quanto ao edifício da actual escola do Santo, o Executivo já tinha deliberado cedê-lo para o Infantário Montelongo e quando ao imóvel junto ao Centro de Saúde, afirmou que ainda não tinha destino, embora o Centro de Saúde tenha demonstrado interesse em ocupar parte. Sobre a Escola Conde Ferreira, explicou que iria ser entregue à Banda de Revelhe. -----

Por fim, sobre os cursos profissionais, afirmou que havia, anualmente, com todas entidades formativas do concelho, o ajustamento relativamente aos cursos. -----

-----Tomou a palavra **Leonor Castro**, para esclarecer que não tinha proposto medidas de apoio à natalidade, apenas tinha referenciado, a título de exemplo, aquilo que faziam noutros Municípios. -----

Mencionou que o que tinha questionado era sobre a reacção que os dados tinham provocado na Autarquia. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para explicar que a Carta Educativa tinha que ser votada, nos termos da Lei. -----

Nestes termos, foi colocada a votação, **sendo aprovada, por maioria, com um voto contra e dezassete abstenções.** -----

Seguidamente, por Olinda Teixeira Alves e Carminda da Silva Marques foi apresentada uma declaração de voto, que fica arquivada junto à presente acta e dela faz parte integrante. -----

Passou-se ao **Ponto Dois Ponto Quatro - Discussão e Aprovação da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal**; -----

-----O **Presidente da Mesa** solicitou ao Membro que tinha estado na coordenação dos trabalhos de revisão do Regimento se podia dar conhecimento à Assembleia Municipal do resultado do trabalho para melhor ordenar a discussão. -----

-----Usou da palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para explicar que a Comissão que trabalhou no Regimento tinha chegado a um consenso quanto a um documento, explicando sucintamente as alterações efectuadas. Enalteceu, ainda, os deputados que participaram na Comissão, salientando que tinha havido um trabalho frutuoso. -----

-----Tomou, novamente, a palavra o **Presidente da Mesa** para esclarecer, dessa forma, que o documento assinado pela Comissão tinha a aprovação de todos os Grupos e que os restantes teriam que ser votados, uma vez que essas propostas não estavam contidas no referido documento. -----

Nestes termos a votação fosse efectuada da seguinte forma: Votação, na generalidade, do Regimento existente –proposta base-; depois votava-se na especialidade o documento apresentado pela comissão e por fim discutir as restantes propostas individualmente. Por fim, fazia-se a votação final. -----

Nestes termos, foi colocado a **votação na generalidade, sendo aprovado, por unanimidade**. -----

Colocado a votação **o documento apresentado pela Comissão, foi aprovado, por unanimidade**. -----

De seguida passou-se à apresentação da **Proposta** apresentada pelos **“Independentes Por Fafe”**. Tomou a palavra **Cristina Pinho de Sousa** para apresentar as alterações constantes do documento, explicando-as. -----

-----De seguida, usou da palavra **Vítor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, para, relativamente à proposta apresentada pelos IPF, mencionar que a posição do PSD era no sentido de que, quanto à realização de sessões da Assembleia Municipal nas freguesias seria uma ideia, por princípio, bem aceite, no entanto, sob o ponto de vista prático não parecia funcionar porque a maioria das freguesias não tinha condições para receber com dignidade a Assembleia, não sendo viável. -----

Acerca da participação do público, afirmou que não fazia sentido, mencionado que o que fazia sentido era o que já estava previsto na lei e no regimento.-----

-----Seguidamente, usou da palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para salientar que a posição da CDU iria depender da forma como o documento iria ser colocado a votação, solicitando ao Presidente da Mesa que esclarecesse, uma vez que concordava com alguns pontos e não com outros.-----

-----O **Presidente da Mesa**, na sequência do mencionado por Leonor Castro, afirmou que a votação poderia ser efectuada individualmente cada alteração constante do documento. -----

Nesses termos, passou-se à votação dos artigos constantes da proposta, individualmente: -----

Artigo 24º, n.º 3 – Rejeitada, por maioria, com três abstenções; -----

Artigo 25º, n.º 4 – Rejeitada, por maioria, com quatro abstenções;-----

Artigo 26º, n.º 4 – Rejeitada por maioria, com quatro abstenções;-----

Artigo 28º, n.º5 – Aprovada, por maioria, com quatro abstenções e quatro votos contra. -----

Artigo 31º, n.ºs 2 e 4 – Rejeitada, por maioria, com oito abstenções; -----

O **Presidente da Mesa** usou da palavra para referir que votava contra a presente alteração porque defendia o princípio da responsabilidade dos membros da Assembleia Municipal. -----

Artigo 33º, n.º 4 – Rejeitada, por maioria, com uma abstenção. -----

-----Seguidamente, passou-se à **Proposta apresentada pelo CDS-PP**. Tomou a palavra **Orlando Leite** para apresentar as alterações propostas, explicando-as. -----

-----O **Presidente da Mesa** tomou a palavra para propor que se alterasse o texto proposto para o artigo 32º. -----

-----De seguida, usou da palavra **Leonor Castro** para afirmar que não tinha ficado registada e consignada na Comissão, no entanto, afirmou que, em tempos, era proposta da CDU para este artigo a seguinte redacção: “1- Em todas as sessões, antes dos trabalhos inscritos na Ordem do Dia da sessão, haveria um período destinado à leitura resumida do expediente, bem como dos pedidos de informação e de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões e respectivas respostas. 2 – Após cumprimento do disposto no número anterior, haverá um período de tempo de 60 minutos, prorrogável por um máximo de 30 minutos, por deliberação do plenário, sob proposta do Presidente da Mesa, para: a), b)”, mencionando que desta forma separavam a leitura do expediente . -----

-----Tomou, novamente, a palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que, ouvidas as intervenções, propunha o seguinte texto para o artigo trinta e dois: “*Artigo 32º – 1 – Antes do início dos trabalhos inscritos na Ordem do Dia haverá um período de tempo destinado a tratar os seguintes assuntos: a) e b). - 2 – De seguida, haverá um período de tempo, não superior a sessenta minutos, para tratar dos seguintes assuntos: a) (anterior c)); b) (anterior d)); e c) (anterior e))*”.

Passou-se à votação dos artigos constantes da proposta, individualmente: -----

1º – Artigo 26º, 1. b) - Aprovado, por unanimidade, ficando com o seguinte teor: “De um terço dos seus membros.” -----

2.º – Artigo 26º, 4 – Aprovado, por maioria, com 10 votos contra e seis abstenções. -----

3.º – Artigo 32º – Aprovado, por maioria, com uma abstenção, o texto proposto pelo Presidente da Mesa. -----

-----Por fim, passou-se à **Proposta apresentada pela CDU**. Tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para apresentar e explicar a alteração proposta, mencionando que vinha na sequência de vários reparos que por diversas vezes tinham sido efectuados na Assembleia Municipal. -----

Referiu que os Membros deveriam informar a Assembleia Municipal daquilo que era efectuado no Grupo de Trabalho ou porque não havia trabalho. Esclareceu que não era um pedido de contas. -----

-----De seguida, interveio **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para mencionar que os Membros do PS eleitos para Comissões iriam prestar contas do seu trabalho, no presente mandato, mas quando for oportuno e houver matéria de facto para descrever e não com um calendário que parecia artificial de estar a definir uma vez por ano, por isso iriam votar contra. -----

-----Tomou, novamente, a palavra **Leonor Castro**, para esclarecer que o parênteses era um sugestão, esclarecendo que sugeria a sessão de Fevereiro porque decorria um ano e era altura para fazer um balanço do trabalho desenvolvido. Afirmou, ainda, que se fosse o parênteses a lançar a confusão, o retiraria. -----

-----Seguidamente, usou da palavra **Vítor Silva**, Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, que apoiou a alteração proposta, mencionado que os Membros tinham o dever de prestar esclarecimentos sobre o trabalho

efectuado. Afirmou que a Assembleia Municipal tinha que estar de acordo e que na sua opinião, apenas retiraria o parênteses. -----

-----Posteriormente, interveio **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, que, reportando-se a uma deliberação aprovada, por maioria, no anterior mandato relativa à obrigatoriedade de todos os membros das comissões apresentarem um relatório, afirmou que, infelizmente, nem todos o tinham efectuado, apesar de várias vezes instado, e, nesse sentido, por maioria dessa decisão, esta alteração deveria estar vertida no regimento. -----

-----De seguida, tomou a palavra **Cristina Pinho de Sousa**, eleita pelos IPF, para afirmar que a alteração não era no sentido de prestar contas, mas de apresentar o relatório. Afirmou, ainda, que era de toda a utilidade a Assembleia Municipal saber o que se passava e as conclusões a que as Comissões/Conselhos chegavam. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para sugerir que se diferenciasse: Primeiro – As representações que a Assembleia confiava num Membro para uma instância exterior à Assembleia Municipal; Segundo – No que respeitava às Comissões, que fosse naqueles que presidiam ou fossem o coordenador. -----

-----Interveio **Leonor Castro**, eleita pela CDU, para esclarecer que esse era o espírito da proposta. -----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Raul Rebelo**, eleito pelo PS, para afirmar que, no que concernia às comissões já estavam regulamentadas no artigo quarenta do regimento. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para sugerir à proponente que deixasse no texto apenas para as representações exteriores à Assembleia Municipal e as comissões a própria Assembleia poderia fixar, para cada uma, prazos diferentes. -----

Nesses termos, propôs o seguinte texto: “*Apresentar, pelo menos uma vez por ano, relatório da actividade respeitante ao mandato exercido pelo Membro da Assembleia em órgão ou instituição externa ao Município.*” Colocado a **votação foi aprovado, por unanimidade.** -----

Foi colocado o **documento a votação final, sendo aprovado, por unanimidade.**-----

De seguida, o **Presidente da Mesa** agradeceu a todos os que tinham trabalhado na Comissão uma vez que tinham resolvido um problema que era habitualmente complicado. -----

De seguida, passou-se aos **pontos dois Ponto Cinco ao Ponto Dois Ponto Vinte e Um** – Foi dada a palavra ao **Membro que, voluntariamente, coordenou os trabalhos, Orlando Leite**, que fez uma súmula dos trabalhos.--

Mencionou que os trabalhos tinham decorrido muito bem e apresentou os restantes Membros que constituíram a Comissão: Miguel Summavielle, Américo Castro, Rogério Rodrigues e Vítor Silva. -----

Salientou a disponibilidade e capacidade de Raul Cunha, Primeiro Secretário da Mesa, para coordenar os trabalhos desde o início e permitir acertar uma metodologia que tinha sido significativa. Salientou, ainda, a assessoria da técnica superior do Município, Clotilde Oliveira, assim como a colaboração do Presidente da Câmara, do Engenheiro Hélder Vale e Doutor Manuel Costa.-----

Terminou, realçando o entendimento da Comissão no sentido de que as alterações a propor tivessem a unanimidade dos membros da comissão.-----

Referiu que, relativamente, ao Regulamento das Taxas que constava na convocatória apenas para apreciação (porque já tinha sido aprovado) iria ser apresentado um relatório à Mesa para remessa à Câmara para que, numa próxima oportunidade tenham a possibilidade de fazer a apreciação na Câmara e Assembleia Municipal. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para agradecer o trabalho efectuado pela Comissão. -----

-----De seguida, usou da palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para salientar que existia um texto único, no entanto, tinha sido dada liberdade aos Membros para expressarem a sua opinião. Nesses termos, afirmou que os IPF tinham uma questão que pretendiam abordar, não pretendendo fazer alteração ao texto, apenas manifestar a sua posição, mais concretamente ao Ponto Dois Ponto Vinte e Seis, no número dois do artigo terceiro, afirmando que era entendimento dos IPF que não deveriam estar isentas as organizações políticas, sindicais e religiosas. -----

-----Nesse seguimento, tomou a palavra **Leonor Castro**, eleita pelo CDU, para, relativamente ao Ponto Dois Ponto Sete, deixar em jeito de reflexão que no artigo quarto se acrescentasse, na altura como proposta, um ponto e que salvaguardava o direito dos trabalhadores encerrando, em dias de significado

histórico, cultural e mesmo religioso, os estabelecimentos, enunciando alguns, por consideração aos trabalhadores a quem essas datas eram tão ou mais significativas do que qualquer um dos outros. -----

Afirmou que não constituía proposta, mas ficava em jeito de reflexão. -----

Terminadas as intervenções, foram os Regulamentos colocados a votação:-----

2.5 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento do Cemitério Municipal de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.6 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento da Publicidade e Propaganda do Município de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.--**

2.7 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.8 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.9 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada; **Aprovado, por unanimidade.**

2.10 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Manutenção e Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.11 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento da Feira Municipal; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.12 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Venda Ambulante no Município de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.**-----

2.13 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento dos Requisitos de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem; **Aprovado, por unanimidade.** -----

2.14 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi; **Aprovado, por unanimidade.**---

2.15 Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Licenciamento do Exercício e da Fiscalização da Actividade de Guarda-Nocturno no Município de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.** -----

- 2.16** Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Licenciamento do Exercício e da Fiscalização da Actividade de Realização de Espectáculos ou Manifestação Desportiva e Divertimentos Públicos; **Aprovado, por unanimidade.** -----
- 2.17** Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Remoção de Veículos Automóveis do Concelho de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.** -----
- 2.18** Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Exploração de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão do Concelho de Fafe; **Aprovado, por unanimidade.** -----
- 2.19** Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento de Urbanização e Edificação; **Aprovado, por unanimidade.** -----
- 2.20** Apreciação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----
- 2.21** Discussão e Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. **Aprovado, por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi perguntado se pretendiam fazer alguma correcção à **acta da sessão anterior**. Tomou a palavra Leonor Castro para corrigir o nome da atleta fafense Daniela Pinto e não Daniel como constava da acta. Colocada a **votação, foi aprovada, por unanimidade.**

De seguida, procedeu-se à leitura da minuta da acta. Terminada a leitura e não havendo reparos, foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e quatro horas e quarenta minutos.-----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa. --